

# Sarney diz que ferrovia Norte-Sul beneficia o ES

Foto de Chico Guedes — 22.4.86

Emerson Sousa

Brasília (Sucursal) — “A ferrovia Norte-Sul não prejudicará o Espírito Santo, permitirá ampliar a área de influência dos portos de Vitória e Tubarão, com a extensão do corredor ferroviário Goiás-Minas Gerais-Espírito Santo, e o conseqüente aumento das exportações escoadas pelos portos capixabas”. Essa afirmação foi feita pelo presidente José Sarney, na última sexta-feira, em entrevista exclusiva a A GAZETA.

No encontro com o repórter, o chefe do Governo garantiu que não faltarão recursos para a conclusão da Terceira Ponte, ligando Vitória a Vila Velha. Reafirmou sua disposição de permanecer por cinco anos no Governo e se disse favorável a uma maior descentralização orçamentária, contemplando Estados e municípios.

Na entrevista exclusiva a A GAZETA — a quinta que ele concede a um jornal brasileiro (antes ele falou também com exclusividade ao **Jornal do Brasil**, **O Estado de S. Paulo**, **Folha de S. Paulo** e **Correio Braziliense**) — o presidente Sarney abordou a reforma agrária, os problemas do café, a reforma tributária, entre outros assuntos.

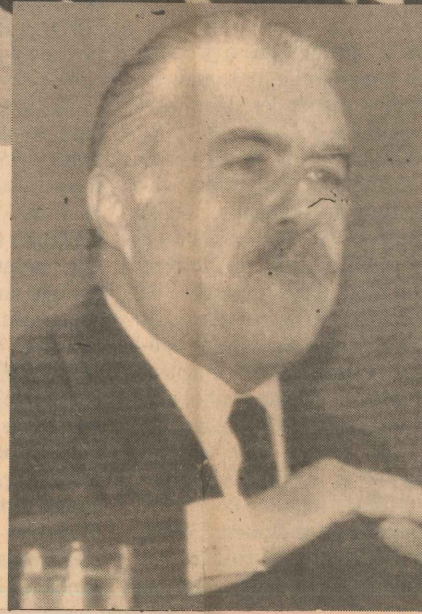
## A entrevista

P— Até o Governo Camata, a União repassou recursos para o reinício da mais importante obra do Estado: a Terceira Ponte, ligando Vitória a Vila Velha. Com as medidas de austeridade determinadas por seu Governo teme-se pela paralisação da obra iniciada há dez anos. Haverá recursos nesse setor?

R— As obras da Terceira Ponte, ligando Vitória a Vila Velha, continuarão a merecer o concurso financeiro do Governo Federal. Não poderia deixar de prestar apoio



*Na única vez em que veio ao Espírito Santo depois que assumiu a Presidência da República, Sarney cumpriu extensa programação, incluindo uma visita ao canteiro de obras da 3ª Ponte que, segundo declarou nesta entrevista, continuará recebendo recursos federais. No ano passado, quando veio a Vitória, o país vivia a euforia dos primeiros meses do Cruzado. Agora, não consta da agenda presidencial uma nova visita ao Estado.*



ciliação e definir o assunto, para poder trabalhar com mais serenidade, em busca de soluções para os grandes problemas do nosso país-continente.

P— Parlamentares têm dito que nos Governos autoritários que precederam a Nova República, os Estados pequenos eram mais beneficiados, porque a distribuição de verbas obedecia a um caráter técnico, enquanto no regime democrático costuma predominar nessa distribuição o caráter político. Qual o critério que o seu Governo adotará?

R— O poder do Congresso — e nem poderia ter sido de outra forma — expandiu-se consideravelmente, na Nova República.

principal tipo produzido no Estado, tendo-se registrado no primeiro semestre vendas externas de aproximadamente 1,6 milhão de sacas, contra apenas 135 mil no ano anterior.

P— Os governadores dos Estados exportadores reclamam que o Governo Federal concede incentivos através da isenção do ICM, que é um tributo estadual, ou seja, dá esmola com o dinheiro alheio. Por isso eles acham que a União deveria recompensar esses Estados. Qual a sua opinião, presidente?

R— O mercado internacional apresenta panorama de grande competitividade, onde sobrevivem os produtores que exportam a preços competitivos, sem descuidar da qualidade e da inovação tecnológica, entre ou-

gional. Graças à dedicação e competente atuação dos ex-ministros Nelson Ribeiro e Dante de Oliveira e de seus colaboradores, foi possível aprovar em tempo recorde o Plano Nacional de Reforma Agrária e os 25 planos regionais, até junho de 1986.

Em meu Governo foram já desapropriados 1.868.000 hectares, em todos os Estados do Brasil. Desses hectares desapropriados, o Incra já recebeu posse e criou projetos de assentamento de 918.000 hectares. Os projetos já implantados totalizam 162, beneficiando 23 mil famílias ou 115 mil pessoas.

Nos vinte anos anteriores ao meu Governo foram assinados 201 decretos de desapropriação. Desde que assumi, foram já firmados 340 decretos de desapropriação. A demora é, pois, relativa. Mas as perspectivas são de aceleração do processo de reforma agrária, com a recente autorização que dei ao Mirad para contratar, por concurso, 1.500 funcionários de nível superior e técnico.

A recém-criada vara especializada em Direito Agrário permitirá ainda a aceleração dos julgamentos dos processos de desapropriação. Todos os decretos tinham recursos judiciais contra essas desapropria-

**“O Espírito Santo, no quadro de desenvolvimento nacional, apresenta boas perspectivas de crescimento e prosperidade.”**

**P—** Até o Governo Camata, a União re-passou recursos para o reinício da mais importante obra do Estado: a Terceira Ponte, ligando Vitória a Vila Velha. Com as medidas de austeridade determinadas por seu Governo teme-se pela paralisação da obra iniciada há dez anos. Haverá recursos nesse setor?

**R—** As obras da Terceira Ponte, ligando Vitória a Vila Velha, continuarão a merecer o concurso financeiro do Governo Federal. Não poderia deixar de prestar apoio ao governador Max Mauro, que tanto tem se empenhado pelo desenvolvimento do Espírito Santo. Há poucos meses, pôde o Governo Federal concluir as obras de duplicação da Companhia Ferro e Aço de Vitória.

Por outro lado, o BNDES está concedendo suporte financeiro para a duplicação da produção da Aracruz Celulose.

Finalmente, as obras já iniciadas no corredor ferroviário Vitória-Belo Horizonte — Goiânia permitirão melhor utilização do porto de Tubarão, com o aumento das exportações de grãos de Minas e Goiás, com baixos custos de fretes marítimos.

As medidas de austeridade adotadas em meu Governo não incidem diretamente sobre os investimentos essenciais ao desenvolvimento. Não podemos deixar de iniciar novos projetos de desenvolvimento, sob pena de ver o país sofrer graves estrangulamentos, dentro de quatro ou cinco anos, em setores vitais para o crescimento, tais como transportes, energia, siderúrgico etc.

Quanto ao Espírito Santo, posso afirmar que, no quadro de desenvolvimento nacional, o Estado apresenta boas perspectivas de crescimento e prosperidade.

**P—** Desde que assumiu o Governo, o senhor esteve apenas uma vez no Espírito

**“Que a nova Constituição seja democrática no mais alto grau e sentido, que espelhe a realidade do Brasil de nossos dias e que seja duradoura, como esteio do bem-estar dos cidadãos”.**

Santo. Há alguma visita marcada ao Estado?

**R—** Embora seja sempre um prazer visitar o Espírito Santo, pela simpatia de seu povo, pelo seu progresso, pelas suas belezas naturais e pela sua história, não há, no momento, nenhuma viagem minha prevista ao Estado. Lembro-me, com satisfação, da minha viagem a Vitória, em 22 de abril do ano passado, quando abri o Seminário Internacional do Café Robusta e estive no Palácio Anchieta. Assim que me for possível, assim que superarmos certos obstáculos e dificuldades — e que Governo não as têm? —, ficarei feliz em voltar à terra santificada por Anchieta e que tem desempenhado um papel importante na vida nacional, como nos ensina a história.

**P—** A construção da ferrovia Norte-Sul — que ligará Açailândia, no Maranhão, ao Planalto Central, está preocupando os capixabas. Há quem afirme que seria mais econômico e mais rápido a duplicação do tre-

cho de aproximadamente 90 km necessários para o pleno funcionamento do corredor de exportação Goiás-Minas-Espírito Santo, viabilizando a ligação da região dos cerrados com o mar. Como o sr. vê o problema?

**R—** O corredor de exportação Goiás-Minas-Espírito Santo não se contrapõe ao projeto da ferrovia Norte-Sul. Ao contrário, eles são complementares, pois a construção da Norte-Sul permitirá o aumento do volume de cargas do corredor de exportação Goiás-Minas-Espírito Santo.

Em meu Governo, determinei que fossem iniciadas as obras de construção e remodelação em diversos trechos no corredor ferroviário que desemboca no complexo portuário Tubarão-Vitória.

**“A decisão que tomei, de governar durante cinco anos, eu a considero muito importante para a nossa vida política, para a consolidação do poder civil, para a tranquilidade do nosso povo”.**

A modernização desse corredor é de fundamental importância para viabilizar, a médio prazo, o aumento das exportações agrícolas de vastas regiões de Minas e do Centro-Oeste. Somente com o transporte por ferrovia moderna e a exportação por portos de águas profundas — como é o caso dos portos de Tubarão e Ponta da Madeira, no Maranhão, que recebem supernavios — é que o Brasil obterá custos competitivos que viabilizarão a exportação de safras agrícolas produzidas a mais de 1 mil km do litoral.

A ferrovia Norte-Sul não prejudicará o Espírito Santo, e sim aumentará a área de influência dos portos de Vitória-Tubarão, com a extensão do corredor ferroviário Goiás-Minas Gerais-Espírito Santo, com o consequente aumento das exportações escoadas pelos portos capixabas.

**P—** Acredita que o mandato de cinco anos, que o sr. defende, seria suficiente para o sr. governar o país e cumprir aquilo que se dispôs a fazer?

**R—** Sou, pelo temperamento, um homem sem vaidades. Não tenho a ânsia do poder, embora seja um político desde a juventude. Preocupo-me em cumprir a função de presidente, obedecendo os preceitos constitucionais. Lembro-me de ter declarado aos capixabas, no Palácio Anchieta, em Vitória: Sou político, orgulho-me de ser político e no Governo desejo honrar e dignificar a classe política, consolidar o poder civil, com o povo sendo destinatário das mudanças.

Na minha última declaração ao povo brasileiro, afirmei pela televisão que abria mão de um ano do mandato que foi estabelecido pela Constituição Federal, quando fui eleito juntamente com o saudoso presidente Tancredo Neves. Assim, a decisão que tomei, de governar durante cinco anos, eu a considero muito importante para a nossa vida política, para a consolidação do poder civil, para a tranquilidade do nosso povo. Quis, dessa forma, possibilitar a con-

soluções para os grandes problemas do nosso país-continente.

**P—** Parlamentares têm dito que nos Governos autoritários que precederam a Nova República, os Estados pequenos eram mais beneficiados, porque a distribuição de verbas obedecia a um caráter técnico, enquanto no regime democrático costuma predominar nessa distribuição o caráter político. Qual o critério que o seu Governo adotará?

**R—** O poder do Congresso — e nem poderia ter sido de outra forma — expandiu-se consideravelmente, na Nova República. Por outro lado, em função de representatividade, as bancadas dos grandes Estados são mais numerosas e refletem, por conseguinte, maior capacidade de influência em defesa dos seus interesses regionais específicos.

O poder Executivo deve considerar o Brasil de forma global, zelando pelo desenvolvimento e bem-estar de todo o país, independentemente da capacidade de representação de cada bancada no Congresso Nacional.

Exemplo disso é a decisão de levar avante o projeto da ferrovia Norte-Sul, que permitirá o desenvolvimento de extensas regiões no Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

A Aliança Democrática, em sua plataforma eleitoral, comprometeu-se com a redução das disparidades regionais. Assim, não poderia deixar de lutar para resgatar a dívida com as regiões mais pobres e obter desenvolvimento nacional mais harmônico, defendendo-se os interesses dos Estados mais fracos politicamente ou de menor desenvolvimento relativo.

**P—** O Espírito Santo é um dos maiores exportadores de café do país, e, como outros Estados, tem manifestado descontentamento com a atual política cafeeira. Como o sr. vê o assunto e que mudanças poderão ocorrer no setor?

**R—** A queda dos preços internacionais do café, aliada à alta dos juros internos, realmente trouxe grandes dificuldades para a cafeicultura no início do ano. Mas o Governo mostrou-se sensível para com as dificuldades e, entre outras medidas, adquiriu, em curto espaço de tempo, quatro milhões de sacas, induzindo a recuperação dos preços internos que ora se observa. Do lado das exportações, registramos uma cifra recorde de vendas de janeiro a junho, da ordem de 10,5 milhões de sacas, o que corresponderá a uma receita superior a 1,2 bilhão de dólares no período. O Espírito Santo também se beneficiou desta retomada das vendas, tendo sido embarcadas pelo Porto de Vitória, de janeiro a abril, 1,1 milhão de sacas, contra 660 mil em igual período do ano passado. Além disso, não houve qualquer restrição à comercialização do conilon,

**“Sou a favor de maior descentralização orçamentária, como uma também correspondente transferência de responsabilidades administrativas aos governadores e prefeitos”.**

**“O Espírito Santo, no quadro de desenvolvimento nacional, apresenta boas perspectivas de crescimento e prosperidade.”**

tros fatores. Se ocorresse bitributação — no país de origem e no mercado comprador —, a grande maioria dos produtos exportados perderia a competitividade no mercado internacional.

**P—** Que esperanças o sr. dá aos governadores em relação à reforma tributária?

**R—** Há, efetivamente, uma grande expectativa quanto à descentralização orçamentária. Constantes e intensas têm sido as solicitações de suplementação orçamentária por parte dos nossos governadores e prefeitos. O Governo Federal tem feito um extraordinário esforço para aumentar a assistência financeira aos Estados e municípios. Um levantamento que mandei realizar recentemente destaca que essa assistência dobrou em termos reais entre 1984 e 1987. Só de 1986 a 1987 esses recursos reais — já descontada a inflação — aumentarão, em cerca de 50 por cento.

Foi ainda efetuada uma chamada reforma tributária de emergência, em fins de 1985, que descentralizou em favor dos Estados e municípios arrecadações que beneficiavam, anteriormente, o Governo Federal.

Quanto às perspectivas futuras, a Assembléia Nacional Constituinte deverá definir novo quadro tributário, sistematizando, racionalizando e possivelmente descentralizando orçamentos com as atribuições correspondentes.

Eu, pessoalmente, sou a favor de maior descentralização orçamentária, com uma também correspondente transferência de responsabilidades administrativas aos governadores e prefeitos, que teoricamente têm melhor capacidade de julgar e operacionalizar tarefas em circunscrições que lhes são mais próximas e de melhor conhecimento do que a administração federal.

O tecnocrata na capital federal, embora disponha de instrumentais técnicos modernos, com bom domínio do planejamento e administração, está afastado das realidades das diferentes regiões e das particularidades de cada município, que os governadores e prefeitos tão bem conhecem.

**P—** No Espírito Santo e em outros Estados há lentidão na implantação da reforma agrária. O que pode ser feito para agilizar o processo?

**R—** A determinação de implantar a reforma agrária baseia-se nos compromissos da Aliança Democrática e sua consubstanciação de assuntos fundiários a 15/03/86. Um de meus primeiros atos após assumir plenamente a Presidência da República, após o falecimento do presidente Tancredo Neves, foi a criação do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Para alcançar esta meta, havia que implantar toda uma infra-estrutura operacional e adotar políticas, a nível nacional e re-

sapropriação. Desde que assumi, foram já firmados 340 decretos de desapropriação. A demora é, pois, relativa. Mas as perspectivas são de aceleração do processo de reforma agrária, com a recente autorização que dei ao Mirad para contratar, por concurso, 1.500 funcionários de nível superior e técnico.

A recém-criada vara especializada em Direito Agrário permitirá ainda a aceleração dos julgamentos dos processos de desapropriação. Todos os decretos tinham recursos judiciais contra essas desapropriações. Até se obter a imissão de posse tinha de se percorrer longo caminho. Com a criação desse foro especializado de justiça, o processo de reforma agrária irá se acelerar.

**P—** Que atuação, na sua opinião de experiente parlamentar, deve ter o constituinte na defesa dos interesses de seu Estado, no caso o Espírito Santo, considerado um dos menores do país?

**R—** É fora de dúvida que, embora trabalhando a nível nacional, na Assembléia Constituinte, onde se tem que ter em mira o país como um todo, o constituinte capixaba deve estar sempre atento para o que for afetado aos interesses de seu Estado. De grande ou pequena extensão, o território do nosso Estado natal merece sempre o nosso carinho e atenção. Zelar pelos interesses de seu Estado, pela melhoria da qualidade de vida

**“O corredor de exportação Goiás-Minas-Espírito Santo não se contrapõe ao projeto da ferrovia Norte-Sul. A ferrovia permitirá o volume de carga pelo corredor de exportação”.**

do seu povo, sim, mas contribuir para que o país, como um todo, venha a contar com uma Constituição bem feita, moderna, democrática — essa deve ser a atuação do constituinte do Espírito Santo.

**P—** Qual o perfil que o senhor espera da nova Constituição brasileira?

**R—** Que seja democrática no mais alto grau e sentido, que espelhe a realidade do Brasil de nossos dias e que seja duradoura, como esteio do bem-estar dos cidadãos. O Estado é uma construção, como tantas outras criações humanas, frágil em si mesmo. Sua força e seu vigor procedem do respeito geral à convenção da lei. Só o estado de direito pode manter de pé, e invioláveis, as sociedades nacionais. O que faz a autenticidade das constituições é a submissão do texto fundamental à vontade e à fé dos cidadãos.

Essa vontade e essa fé, para que se manifestem, reclamam discussão franca e serena reflexão, sem explosões de radicalismo.

A Constituinte será — estou certo — um instrumento nas mãos dos brasileiros para cristalizar, em preceitos constitucionais duradouros, sua vontade de viver numa organização política autenticamente democrática.